



Ata da **107ª Sessão Plenária Ordinária** do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins, realizada em **08 de março de 2021**, por videoconferência, em Palmas – TO.

1 Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e um, através
2 de videoconferência, reuniu-se o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins – CAU/TO
3 em sua Sessão Ordinária 107ª, convocada pelo Presidente **Silenio Martins Camargo**. Presente
4 a vice-presidente **Valéria Ernestina de Oliveira**, os Conselheiros Estadual Titular **Flavio Dalla**
5 **Costa, Auri Everton Abrahão Feres** e a Conselheira **Fernanda Brito de Abreu**. Presentes
6 também o Conselheiro Federal Titular **Matozalém Sousa Santana**, o Assessor Jurídico
7 **Andrelson Pinheiro Portilho Rodrigues**, o Gerente Técnico e de Fiscalização **Gilmar**
8 **Scaravonatti**, a Gerente Administrativa **Sirley Rodrigues Silva** e o estagiário **Euller Dias**
9 **Marques**. O senhor Presidente deu início à reunião pelo item **1** verificando quórum suficiente,
10 e perguntou se alguém teria alguma sugestão de alteração ou inclusão na pauta. O próprio
11 Presidente, propôs a inclusão para votação da Deliberação ad referendum nº 01-2021, que
12 suspende o atendimento por agendamento no CAU/TO e dá outras providências e Deliberação
13 CEDEP/CAU/TO nº 07-2021, retorno dos prazos dos processos éticos e de fiscalização,
14 considerando a Deliberação nº 003/2021 – CED-CAU/BR. Não havendo mais, o senhor
15 Presidente solicitou que eu prosseguisse no item **2 – Leitura, discussão e aprovação da súmula**
16 **da reunião anterior**, que após realizar a leitura e as correções solicitadas, a ata da 106ª Reunião
17 Plenária Ordinária foi aprovada por unanimidade. No item **3 – Comunicações, subitem 3.1**
18 **Informes das Comissões**, a conselheira **Valéria Ernestina de Oliveira** relatou que durante a
19 reunião da CEDEP foi discutido sobre o retorno ou não dos prazos processuais que será colocado
20 em votação posteriormente; que teve a primeira audiência de instrução de um processo que está
21 em andamento, e que será dado início a um processo de denúncia cujas informações da
22 fiscalização foram levantadas junto ao CREA. A conselheira **Fernanda Brito de Abreu**
23 informou que durante a reunião da CPP foi apresentado o feedback da palestra na ULBRA
24 ofertada aos egressos pelo conselheiro Matozalém Sousa Santana, e, que será elaborado um outro
25 evento sobre empreendedorismo. O conselheiro **Flavio Dalla Costa** informou que na reunião da
26 CPAFi foi discutido sobre o edital de patrocínio que será elaborado nos moldes do edital anterior,
27 e feito apenas os ajuste necessários. O conselheiro **Auri Everton Abrahão Feres** informou que



Ata da **107ª Sessão Plenária Ordinária** do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins, realizada em **08 de março de 2021**, por videoconferência, em Palmas – TO.

28 a CPUA deliberou por reiterar aos membros externos o convite para participar da comissão. No
29 subitem **3.2 Informes da Gerência Técnica e de Fiscalização**, o senhor **Gilmar Scaravonatti**
30 apresentou o relatório de RRTs informando que mesmo com a pandemia, não houve prejuízos na
31 arrecadação do ano passado que teve um índice de 2,62% a menor que o ano de 2019. Já neste
32 ano, a arrecadação obteve um acréscimo de 22% comparado a janeiro e fevereiro do ano passado.
33 Em relação às exclusões de RRTs, em 2019 ocorreram 971 exclusões e em 2020, 783, uma queda
34 de 20%, devido à ação executada pelo Conselho. Em janeiro de 2020 foram feitas 199 exclusões,
35 e em 2021, apenas 26, porém, a leitura pôde ter sido prejudicada devido à instabilidade ocorrida
36 no SICCAU. Sobre as anuidades, informou que em 2021 constam 792 arquitetos ativos do estado
37 sendo que desses, 279 pagaram a anuidade, 35% apenas. Da pessoa jurídica, constam 234
38 empresas ativas, sendo que apenas 15 pagaram, ou seja, 6%. Sobre os testes das fiscalizações
39 com drone, informou que a ação ainda não pôde ser avaliada devido ao problema no SICCAU
40 que não disponibilizou o filtro dos endereços. Caso seja possível prosseguir com o estudo, o
41 relatório será apresentado na próxima reunião plenária. O presidente **Silenio Martins Camargo**
42 fez o uso da palavra, sugerindo ao conselheiro federal Matozalém Sousa Santana que apresente
43 ao CAU/BR a proposta para que os próprios arquitetos sejam responsáveis pelo pagamento da
44 taxa de cancelamento de boletos. Também, que seja levantado junto ao CAU/BR, um filtro e
45 análise dos RRTs retificados. O conselheiro federal **Matozalém Souza Santana** deu
46 continuidade à pauta, e explanou o subitem **3.3 Informes da Presidência: 3.3.1. Versão final**
47 **da minuta das Ações priorizadas para os 100 dias do CAU/BR**, que trata de um planejamento
48 elaborado em conjunto pelo CAU/BR e pelos CAU/UF, e que apresenta ações que serão
49 entregues aos arquitetos e urbanistas nos primeiros 100 dias da nova gestão. O presidente **Silenio**
50 **Martins Camargo** fez o uso da palavra informando que como representante dos CAUs básicos
51 pelo CSC, optou por ficar no grupo que está debatendo sobre a instabilidade do SICCAU.
52 Posteriormente, apresentou e passou a palavra para a arquiteta de Araguaína, **Natália Lemos**,
53 convidada a participar da reunião para entender como se dá o funcionamento do Conselho e
54 apontar suas observações, dificuldades e sugestões. A profissional relatou a dificuldade de



Ata da **107ª Sessão Plenária Ordinária** do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins, realizada em **08 de março de 2021**, por videoconferência, em Palmas – TO.

55 contato com Conselho devido à distância da sede, ou, pela falta de algum representante em
56 Araguaína. Também, acerca da grande quantidade de irregularidades nas obras e que a ação de
57 fiscalização no município não é regular. Apontou as dificuldades no manuseio no SICCAU
58 devido às instabilidades recorrentes, e, sobre as taxas para as execuções de serviços. O Presidente
59 apresentou a estrutura organizacional do Conselho mostrando que como CAU básico, não há
60 possibilidade de estruturar uma segunda sede. Porém, disponibilizou o espaço das reuniões
61 plenárias, assim como, os meios de contatos com o CAU/TO, para que quaisquer solicitações
62 sejam requeridas. Quanto ao apontamento da fiscalização, informou que qualquer profissional
63 através de denúncia anônima, pode contribuir com o trabalho do fiscal sendo de grande
64 importância a participação de todos os arquitetos no auxílio à fiscalização quando do
65 reconhecimento de irregularidades praticadas por profissionais ou leigos. Dando continuidade à
66 pauta, o assessor jurídico **Andrelson Pinheiro Portilho Rodrigues** explanou o subitem **3.3.2.**
67 **Ofício circular nº 009/2021-CAU/BR, que encaminha a Deliberação nº 002/2021 – CPFI-**
68 **CAU/BR, que trata dos impactos da suspensão do reajuste de anuidades e RRTs para**
69 **análise e acompanhamento das receitas frente às despesas decorrentes**, o presidente,
70 determinou o encaminhamento da Deliberação a CPAFi/CAU/TO. Também, apresentou o
71 subitem **3.3.3. Ofício nº 02/2021 referente à renúncia do conselheiro suplente Thyago Phellip**
72 **França Freitas**. Prosseguiu explanando o subitem **3.3.4. Informando a procedência da Ação**
73 **de obrigação de fazer, autos nº 1003021-02.2020.4.01.4300, movida pelo CAU/TO em face**
74 **do Município de Palmas – TO**, referente a entrega dos alvarás de construção de
75 construção/reformas/regularizações. O conselheiro federal **Matozalém Sousa Santana** deu
76 continuidade à pauta no item **4 - Apresentação da pauta e extrapauta**, para apresentar o modelo
77 da placa para a parceria com o projeto Docomomo. Assunto comentado por todos. O presidente
78 **Silenio Martins Camargo** fez o uso da palavra no item **5 – Votações**, apresentando o subitem
79 **5.1. Termo de Adesão do Programa Rede Amazônia: Morar, Conviver e Preservar**, cujo
80 objetivo é formar agentes multiplicadores de regularização fundiária e prevenção de conflitos de
81 natureza socioambiental, habitacional e sanitária. Aprovada a adesão ao programa conforme



Ata da **107ª Sessão Plenária Ordinária** do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins, realizada em **08 de março de 2021**, por videoconferência, em Palmas – TO.

82 **Deliberação Plenária 18/2021**, sendo indicados os representantes Silenio Martins Camargo
83 como titular, e Fernanda Brito de Abreu como suplente. O presidente **Silenio Martins Camargo**
84 prosseguiu explanando o subitem **5.2. Acordo - pagamento de honorários de sucumbência**.
85 Aprovado por unanimidade, conforme **Deliberação Plenária nº 19/2021**. Dando continuidade
86 no subitem **5.3**, foi aprovada a Deliberação ad referendum nº 01 que suspendeu o atendimento
87 por agendamento no CAU/TO em face ao Decreto municipal 2.003 e fixa o teletrabalho integral
88 no âmbito do CAU/TO. aprovado conforme **Deliberação Plenária nº 20/2021**. No subitem **5.4**.
89 **Proposta de Revogação da Deliberação Plenária CAU/TO nº 10/2021**, para que seja criado
90 um grupo de estudo que permitirá a participação de mais integrantes, aprovado conforme
91 **Deliberação Plenária nº 21/2021**. No item **5.5**. acerca dos prazos processuais dos processos de
92 fiscalização e éticos. Todos comentaram o assunto e restou por aguardar o retorno da consulta
93 Protocolo SICCAU nº 1265583/2021, conforme **Deliberação Plenária nº 22/2021**. Sem nada
94 mais a acrescentar, às dezoito horas e trinta e seis minutos
95 foi declarada encerrada a 107ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho de Arquitetura e
96 Urbanismo do Tocantins – CAU/TO. Para constar, eu, **Iara de Oliveira Almeida**, Secretária da
97 Presidência do CAU/TO, lavrei a presente ata que será rubricada e efeitos legais.

Silenio Martins Camargo
Presidente CAU-TO

Iara de Oliveira Almeida
Secretária da Presidência